

TÍTULO: O IMPACTO DA REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

Autor: Francine Martinez Braitte – (francinebraite@gmail.com)

Orientadora: Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone – (eugenia@eco.unicamp.br)

Unidade: IE -UNICAMP

Agência financiadora: PIBIC/CNPq

Palavras-chaves: Flexibilização - Mercado de trabalho - Mão-de-obra feminina – Liberalização – Informalidade - Regulação



O mercado de trabalho foi profundamente afetado pelo desempenho da economia brasileira desde a crise da dívida externa, no início da década de 1980. A contenção do ritmo de atividade ao longo desses últimos 25 anos e a maneira como a economia se adaptou à abertura comercial e financeira da década de 1990 prejudicaram a absorção de um ainda intenso aumento da população ativa.

Os problemas de absorção da população ativa manifestaram-se nas taxas de participação e desemprego e perfil das ocupações. O desemprego aumentou substancialmente e diminuiu a participação dos jovens no mercado de trabalho.

Como podemos observar na tabela ao lado, todas as regiões tiveram um aumento na taxa de desemprego. Isso se deve principalmente ao fenômeno de flexibilização que estamos tratando. Como os trabalhadores sujeitos a um menor leque de proteções e leis trabalhistas, as taxas de desemprego começam a tomar dimensões alarmantes.

Observamos também uma mudança radical na composição do mercado de trabalho.

Diminuiu a participação dos estabelecimentos na ocupação das pessoas ativas, pois o emprego que proporcionaram cresceu de modo menos intenso que o emprego doméstico remunerado e o trabalho por conta própria.

O grau de informalidade das relações de trabalho aumentou e os trabalhos por conta-própria e em estabelecimentos de pequeno porte foram fatores que ajudam a explicar essa queda. Vale lembrar também que, apesar de não mencionado na tabela, o aumento dos serviços terciários (comércio e serviços), também ajuda a explicar a queda na indústria.

Há um aumento na taxa de contratação flexibilizada. Essa menor formalização dos contratos de trabalho não decorreu pura e simplesmente da redução do emprego das grandes empresas, mas também houve aumento da frequência com que as empresas pequenas e as redes de atividade social recorreram ao emprego sem carteira de trabalho. Vale ressaltar que o aumento desse tipo de contratação teve um aumento significativo em mais de 100% na maioria das regiões, com exceção do Distrito Federal na qual o aumento foi de exatos 100%.

Ocupados	Ocupados			Assalariados		
	Média	50% trabalharam até	% dos ocupados que trabalharam mais que a jornada legal	Média	50% trabalharam até	% dos assalariados que trabalharam mais que a jornada legal
1990	43	44	41,3	43	44	38,6
1995	43	44	45	43	44	43,3
1998	43	42	43,7	43	42	41,7
1999	44	43	46,3	43	43	44,5
2002	44	44	46,8	44	44	45,9
2005	43	43	43,5	44	44	42,6

Fonte: Seade/Dieese.

Conclusões

Com o processo de globalização mundial, a proteção à classe dos assalariados desorganiza-se, tornando-se estratégica a flexibilização do mercado de trabalho para possibilitar a contratação da força de trabalho com menos barreiras.

No caso brasileiro, após 1990, a onda liberal que o país sofreu, foi imbatível em quebrar a rigidez da legislação trabalhista. O que se percebe foi um acirramento de uma concorrência cada vez menos provida de proteções e regulações do Estado, produzindo-se mais desigualdades e ampliando-se a insegurança dos cidadãos ante a ausência de mecanismos que garantam o emprego, enfrentem a rotatividade de mão-de-obra, reduzam a informalidade e assegurem maior base salarial e melhor distribuição de renda e da terra.

Em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho, pudemos perceber que ela ocorreu de forma acentuada principalmente a partir da década de 1970, num contexto de intensas transformações econômicas, sociais e demográficas, período em que o país passou por um acelerado processo de urbanização, associado ao desenvolvimento industrial e crescimento econômico.

A partir de 1990, em meio a um processo de globalização e liberalização econômica fortemente competitiva, no qual o rebaixamento dos custos de produção é uma necessidade incessante e renovada, a participação feminina aumenta no mercado de trabalho por serem uma mão-de-obra mais barata e registre-se tão eficiente quanto a masculina. Com exceção da licença maternidade, no mercado formal de trabalho, regulamentando pela legislação trabalhista, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No entanto, não se pode acreditar que essa igualdade de direitos se concretiza na realidade. Na realidade, as mulheres ganham menos no desempenho de suas funções, apresentam maior rotatividade nos postos de trabalho e tem piores condições de proteção trabalhista.

Introdução

No mundo contemporâneo, os debates sobre o mercado de trabalho estão cada vez mais focados na flexibilização e na precariedade das relações de trabalho. A sociedade capitalista questiona as formas de contratação formal, optando pela flexibilização dos contratos (banco de horas, horas extras, entre outras). Neste projeto, com base na literatura existente, propôs-se a realizar um trabalho que ponderou as diferentes formas de flexibilização e os seus impactos no mercado de trabalho, com ênfase no trabalho feminino.

Metodologia

Consideraram-se dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e pesquisa do DIEESE, e também indicadores de mercado de trabalho, tais como: taxas de ocupação, desemprego e contratação formal.

Indicadores de Mercado de Trabalho para algumas Regiões Metropolitanas, 1991 -2004.						
Regiões Metropolitanas	Anos 1990			2004		
	Taxa de desemprego total (%)	Ocupação na Indústria (%)	Contratação flexibilizada (%)	Taxa de desemprego (total %)	Ocupação na Indústria (%)	Contratação flexibilizada (%)
Belo Horizonte	12,6	16,1	25,8	19,3	14,4	28,7
Distrito Federal	15,5	4,3	22,2	20,9	3,6	31
Porto Alegre	12,2	24,2	17,8	15,9	18,8	26,4
Recife	21,6	10	35,8	23,1	9	37,4
Salvador	21,6	8,3	34,2	25,5	8,6	35,6
São Paulo	10,3	33,3	20,9	18,7	19,1	35,6

Fonte: Seade/Dieese.

Elaboração: Wilson Aparecido Costa de Amorim

O montante absoluto de homens cuja posição na ocupação principal é de empregador, empregado ou conta própria é expressivamente superior ao feminino, sendo superior o número de mulheres apenas na ocupação de trabalhadores domésticos.

Ainda assim, houve melhoria na condição de ocupação feminina, dado que, em 2006, as proporções de mulheres empregadas e empregadoras ampliaram-se em 21,6% em relação a 2001, índices que, para os homens, corresponderam a 13,7% e 17,1%, respectivamente.

São expressivos os dados que revelam que, para todos os anos, a porcentagem de indivíduos ocupados no total das posições, mantiveram-se, para os homens, em cerca de 60% e, portanto, para as mulheres, em torno de 40%.

Mesmo alcançando cargos semelhantes aos dos homens, os rendimentos médios femininos sempre são inferiores.

Por fim, analisou-se a relação da flexibilização do mercado de trabalho com a crise que começou mais acentuadamente no final de 2007.

A crise econômica global tornou a perda do emprego a principal preocupação em 22 países, que, em conjunto, respondem por cerca de 75% do PIB (Produto Interno Bruto) Mundial, superando itens como redução da pobreza, violência e corrupção.

Bibliografia *

AMORIM, W.A.C.D. *Negociações coletivas no Brasil: uma análise do período 1990-2004*. In: BAUMANN, R. (Org.). Emprego, desenvolvimento e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008

BALTAR, P. *Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil*. In DEDECCA, C.S; PRONI, M.W (Orgs). Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas: Unicamp-IE, 2006

_____. *Salário mínimo e mercado de trabalho*. In BALTAR, P; DEDECCA, C.S; KREIN, J.D (Orgs). Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: UNICAMP- IE, 2005.

KREIN, J.D. *A tendência de flexibilização do tempo de trabalho*. Revista da ABET, vol. VI p.47-72, 2007.

TONDO, I.S.P. *Ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais na região Sul: uma perspectiva de gênero* (tese de mestrado). Paraná, Unioste, 2008.

* Foram citadas apenas as principais bibliografias